

Alterações ao DL 54/2018 de 6 de julho
LEI 116/2019 de 13 de setembro

| Artigo | DL 54/2018 de 6 de julho | Lei 116/2019 de 13 de setembro (Alterações ao DL54) | Comentários |
|---|--|--|--|
| 2º - Definições | b) «Adaptações curriculares não significativas», as medidas de gestão curricular que não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares, podendo incluir adaptações ao nível dos objetivos e dos conteúdos, através da alteração na sua priorização ou sequenciação, ou na introdução de objetivos específicos de nível intermédio que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais, de modo a desenvolver as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória ; | b) 'Adaptações curriculares não significativas', as medidas de gestão curricular que não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares, podendo incluir adaptações ao nível dos objetivos e dos conteúdos, através da alteração na sua priorização ou sequenciação, ou na introdução de objetivos específicos que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais; | - Simplifica o texto. |
| 3º - Princípios orientadores | e) Flexibilidade, a gestão flexível do currículo, dos espaços e dos tempos escolares, de modo que a ação educativa nos seus métodos, tempos, instrumentos e atividades possa responder às singularidades de cada um; | e) Flexibilidade, a gestão flexível do currículo, dos espaços e dos tempos escolares, de modo que a ação educativa nos seus métodos, tempos, instrumentos e atividades possa responder às <u>especificidades</u> de cada um; | - Altera o termo "singularidades" para "especificidades". |
| 4º - Participação dos pais e encarregados de educação | a) Participar nas reuniões da equipa multidisciplinar; b) Participar na elaboração e na avaliação do programa educativo individual; c) Solicitar a revisão do programa educativo individual; | a) Participar na equipa multidisciplinar <u>de apoio à educação inclusiva, na qualidade de elemento variável</u> ; b) Participar na elaboração e na avaliação do <u>relatório técnico-pedagógico</u> , do programa educativo individual e do <u>plano individual de transição, quando estes se apliquem</u> ; c) Solicitar a revisão do <u>relatório técnico-pedagógico</u> , do programa educativo individual e do <u>plano individual de transição</u> , quando estes se apliquem; | - Atribui mais direitos aos pais e Encarregados de Educação: . Participam na EMAEI como <u>elemento variável</u> . . Participam na elaboração e na avaliação do RTP e do PIT, para além do PEI (já previsto). . Podem solicitar a revisão do RTP e do PIT, para além do PEI. |
| 5º - Linhas atuação Inclusão | 4 — As escolas devem, ainda, definir indicadores destinados a avaliar a eficácia das medidas referidas no número anterior. | 4 — As escolas devem, ainda, <u>através das equipas multidisciplinares</u> , definir indicadores destinados a avaliar a eficácia das medidas referidas no número anterior. | - Explicita quem define, na escola, os indicadores destinados a avaliar a eficácia das linhas de atuação para a inclusão = as equipas multidisciplinares. |
| 7º- Níveis das medidas | ----- | <u>5 — As medidas previstas nos artigos seguintes não prejudicam a consideração de outras que, entretanto, possam ser enquadradas.</u> | - Introduz o ponto 5. . Abre a possibilidade de introduzir outras medidas para além das previstas nos níveis de intervenção (universais, seletivas e adicionais). |

Alterações ao DL 54/2018 de 6 de julho
LEI 116/2019 de 13 de setembro

| | | | |
|--------------------------|--|---|---|
| 8º - Medidas Universais | <p>3 — As medidas universais são mobilizadas para todos os alunos, incluindo os que necessitam de medidas seletivas ou adicionais, tendo em vista, designadamente, a promoção do desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social.</p> | <p>3 — As medidas universais, <u>incluindo o apoio tutorial preventivo e temporário</u>, são mobilizadas para todos os alunos, incluindo os que necessitam de medidas seletivas ou adicionais, tendo em vista, designadamente, a promoção do desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social.</p> <p><u>4 — A aplicação das medidas universais é realizada pelo docente titular do grupo/turma e, sempre que necessário, em parceria com o docente de educação especial, enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem e de avaliação.</u></p> | <p>- Introduz o apoio tutorial (“apoio tutorial preventivo e temporário”) nas medidas universais.</p> <p>- Introduz o ponto 4:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Redefine o papel do professor de Educação Especial no âmbito da aplicação das medidas universais, como dinamizador, articulador e especialista. |
| 9º - Medidas seletivas | <p>3 — A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas seletivas é realizada pelos responsáveis da sua implementação, de acordo com o definido no relatório técnico -pedagógico.</p> | <p>3 — A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas seletivas é realizada <u>pela equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva</u>, de acordo com o definido no relatório técnico-pedagógico.</p> <p><u>6 — A aplicação das medidas seletivas é realizada pelo docente titular do grupo/turma e, sempre que necessário, em parceria com o docente de educação especial, enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem e de avaliação.</u></p> | <p>- Reforça que a EMAEI avalia a eficácia das medidas seletivas.</p> <p>- Introduz o ponto 6:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Reforça que o docente titular do grupo/turma aplica as medidas seletivas e, sempre que necessário, com o docente de educação especial. |
| 10º - Medidas adicionais | <p>6 — A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas adicionais é realizada pelos responsáveis da sua implementação, de acordo com o definido no relatório técnico -pedagógico.</p> <p>7 — As medidas adicionais são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola, privilegiando -se o contexto de sala de aula.</p> <p>8 — Quando a operacionalização das medidas previstas no n.º 4 implique a necessidade de mobilização de recursos adicionais, o diretor da escola deve requerer, fundamentadamente, tais recursos ao serviço competente do Ministério da Educação.</p> | <p>6 — A monitorização e avaliação da eficácia da aplicação das medidas adicionais é realizada <u>pela equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva</u>, de acordo com o definido no relatório técnico-pedagógico.</p> <p>7 — As medidas adicionais são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola, privilegiando-se o contexto de sala de aula, <u>sem prejuízo do disposto no número seguinte.</u></p> <p>8 — Quando a operacionalização das medidas previstas no n.º 4 implique a necessidade de mobilização de recursos adicionais, <u>estes devem ser garantidos</u> pelo Ministério da Educação, após pedido fundamentado do diretor da escola.</p> | <p>- Reforça o papel da EMAEI (= art.º 12.º do DL 54) na avaliação da implementação das medidas adicionais.</p> <p>- Dá maior ênfase à responsabilidade do ME na resposta às solicitações de “recursos adicionais”.</p> |

Alterações ao DL 54/2018 de 6 de julho
LEI 116/2019 de 13 de setembro

| | | | |
|----------------------------|--|--|---|
| 11º - Recursos específicos | ----- | <u>6 — Compete ao Governo garantir os meios necessários para habilitar todos os trabalhadores com a formação específica gratuita de apoio à aprendizagem e à inclusão.</u> | - Introduz o ponto 6: . Dá ênfase à necessidade imperiosa de fornecer formação específica gratuita de apoio à aprendizagem e à inclusão. |
| 12º - EMAEI | <p>-----</p> <p>4 — São elementos variáveis da equipa multidisciplinar o docente titular de grupo/turma ou o diretor de turma do aluno, consoante o caso, outros docentes do aluno, técnicos do centro de recurso para a inclusão (CRI) e outros técnicos que intervêm com o aluno.</p> <p>8 — Compete à equipa multidisciplinar: ... c) Acompanhar e monitorizar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem;</p> | <p>4 — <u>Os elementos elencados no número anterior podem ser reforçados de acordo com as necessidades de cada escola.</u></p> <p>5 — (Anterior n.º 4.) São elementos variáveis da equipa multidisciplinar o docente titular de grupo/turma ou o diretor de turma do aluno, <u>o coordenador de estabelecimento</u>, consoante o caso, outros docentes do aluno, <u>assistentes operacionais, assistentes sociais, outros técnicos</u> que intervêm com o aluno e <u>os pais ou encarregados de educação</u>.</p> <p>9 — (Anterior n.º 8.) ... c) Acompanhar, monitorizar <u>e avaliar</u> a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem <u>e à inclusão</u>;</p> | <p>- Introduz o ponto 4: . Esclarece que os elementos permanentes da EMAEI podem ser reforçados de acordo com as necessidades de cada escola.</p> <p>- Acrescenta, aos elementos variáveis da EMAEI, o coordenador de estabelecimento, os assistentes operacionais, os assistentes sociais e outros técnicos.</p> <p>- Reforça a importância dos encarregados de educação.</p> <p>- Acrescenta a competência de “avaliar” à EMAEI.</p> |
| 13º - CAA | <p>7 — Compete ao diretor da escola definir o espaço de funcionamento do centro de apoio à aprendizagem numa lógica de rentabilização dos recursos existentes na escola.</p> <p>-----</p> | <p>7 — Compete ao diretor da escola definir <u>os espaços</u> de funcionamento do centro de apoio à aprendizagem numa lógica de rentabilização dos recursos existentes na escola.</p> <p><u>8 — A escola estabelece, em sede de regulamento interno, quanto ao centro de apoio à aprendizagem e às suas funções e abrangência, entre outros, os seguintes aspetos:</u> <u>a) A sua constituição e coordenação;</u> <u>b) Os locais e horário de funcionamento;</u> <u>c) Os recursos humanos e materiais existentes;</u> <u>d) As formas de concretização dos objetivos específicos de acordo com os n.os 2 e 6;</u> <u>e) As formas de articulação com os recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola, designadamente no que respeita ao apoio e à avaliação das aprendizagens.</u></p> <p><u>9 — Para efeitos do disposto no número anterior, pode ser elaborado um regimento próprio, do qual constem as formas de medição do impacto do centro de apoio à aprendizagem na inclusão e aprendizagem de todos os alunos.</u></p> | <p>- Altera “espaço” para “espaços” do CAA.</p> <p>- Introduz o ponto 8: . Obriga a introduzir, no Regulamento Interno, as “funções e abrangências” do CAA.</p> <p>- Introduz o ponto 9: . Indica a possibilidade de elaborar um regimento próprio.</p> |

Alterações ao DL 54/2018 de 6 de julho
LEI 116/2019 de 13 de setembro

| | | | |
|------------------|--|--|---|
| 21º - RTP | 1 — O relatório técnico -pedagógico é o documento que fundamenta a mobilização de medidas seletivas e ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão. | 1 — O relatório técnico-pedagógico é o documento que fundamenta a mobilização de medidas seletivas e ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, <u>e acompanha a criança ou o aluno em caso de mudança de escola.</u> | - Esclarece que o RTP acompanha o aluno em caso de mudança de escola. |
| 25º - PIT | 1 — Sempre que o aluno tenha um programa educativo individual deve este ser complementado por um plano individual de transição destinado a promover a transição para a vida pós - escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional | 1 — Sempre que o aluno tenha um programa educativo individual deve este ser complementado por um plano individual de transição destinado a promover a transição para a vida pós-escolar, e sempre que possível para o exercício de uma atividade profissional <u>ou possibilitando o prosseguimento de estudos além da escolaridade obrigatória.</u> | - Introduz a possibilidade de prosseguimento de estudos além da escolaridade obrigatória. |
| 27º - MATRÍCULAS | ----- | <u>4 — Os alunos apoiados pelos centros de apoio de aprendizagem têm prioridade na renovação de matrícula, independentemente da sua área de residência.</u> | - Introduz o ponto 4: . Dá prioridade na renovação de matrícula a alunos apoiados no CAA. |
| 28º - APA | ----- | <u>4-</u> <u>d) A transcrição das respostas;</u> <u>e) A leitura de enunciados</u> | - Introduz, no ensino secundário, novas adaptações ao processo de avaliação externa, reportadas ao JNE. |

Informação retirada de: <https://dre.pt/application/conteudo/115652961> (DL 54/2018 de 6 de julho)

<https://dre.pt/application/conteudo/124680588> (Lei 116/2019 de 13 de setembro)